

**ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CEMAAM, realizada no dia 16 de janeiro de 2020.**

1  
2  
3  
4  
5  
6  
7  
8  
9  
10  
11  
12  
13  
14  
15  
16  
17  
18  
19  
20  
21  
22  
23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31  
32

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte, foi realizada a Primeira Reunião da Câmara de serviços ambientais do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (CEMAAM), na sala de reuniões do DEMUC - SEMA, com início às 14h30min, encerrando às 16h, onde foi discutida a seguinte pauta: 1. Apresentação da proposta para o Sistema Estadual de REDD+ no Amazonas. Estiveram presentes as seguintes instituições e seus respectivos membros da câmara e convidados: Fernanda A. Meirelles (IDESAM), Victor Salviadi (FAS), Letícia Oliveira Cobello (SEMA), Francisco Melgueiro (SEMA), Thiago Flores (SEMA), Alecsandra Tavares (SEMA), Dayse Campista (CRBio-06), Malvino Salvador (SEPROR), Fernanda Pereira (FIEAM) e Fernanda Charbel (SEMA). A Sra. Letícia Cobello iniciou a apresentação da proposta para o Sistema Estadual de REDD que a Câmara poderá validar nas reuniões futuras. A proposta foi elaborada pela FAS desde agosto de 2019 e será analisada pela Câmara de Serviços Ambientais para averiguar se está factível e é aplicável. Foi feita a exposição dos dados de emissões atmosféricas brasileiras nos últimos anos para fins de contextualização da proposta e constatou-se que “a mudança de uso da terra e florestas”, incluindo desmatamento, é a porcentagem mais significativa. Foi solicitado que conste na apresentação os dados dos últimos três anos para que o contexto esteja atualizado. A Sra. Letícia explicou o termo REDD (Redução de Emissões do Desmatamento e Degradação ambiental), citou a legislação do sistema de serviços ambientais, mostrou o status de implementação deste sistema em outros estados e afirmou que um dos objetivos da lei nº 4266/15 é a elaboração de uma proposta de alocação e distribuição dos benefícios oriundos do sistema. A proposta de alocação destes benefícios teve contribuições do IDESAM e será discutida durante as reuniões da câmara. O Sr. Francisco Melgueiro lembrou que os valores são liberados conforme as emissões forem reduzindo, porém, o aumento exponencial dos roçados tradicionais deve ser combatido, aplicando-se as tecnologias



33 existentes para que essa atividade diminua seu impacto ambiental e observando-se  
34 as particularidades desta população. Informou que o estado do Mato Grosso alcançou  
35 a meta de reduções e recebeu o desembolso, mas utilizou de outra metodologia,  
36 comercializando o próprio crédito, sem salva guarda e ignorando a zona de  
37 amortecimento por decisões governamentais. Afirmou que a proposta de alocação  
38 deverá especificar como particionar este crédito, sendo um crédito o equivalente à  
39 uma tonelada de carbono. O Sr. Francisco Melgueiro disse que na retomada das  
40 comissões dos Conselhos do Ministério de Meio Ambiente, que foram extintos no ano  
41 anterior, devem ser esclarecidos os sistemas que regulam o mercado e retomadas as  
42 discussões sobre REDD, para não violar os direitos, estabelecer os limites anuais e  
43 valores mínimos dos créditos. A Sra. Letícia demonstrou a previsão de redução e de  
44 aumento de emissões com base no atual índice de desmatamento de florestas  
45 amazônicas; mostrou opções de alocação, mecanismos de estoque e fluxo e potencial  
46 de alocação no estado do Amazonas. O Sr. Francisco explicou o Buffer, que é uma  
47 margem de segurança para casos de queimadas naturais, a salva guarda para um  
48 evento de emissão inesperado e afirmou que a divisão de benefícios no Amazonas  
49 seria, à princípio, 25% Governo do Estado, 25% aplicado em terras indígenas, 25%  
50 em Unidades de Conservação, 10% em assentamentos e 15% nos Municípios,  
51 podendo este percentual ser alterado nas seguintes reuniões da câmara. A Sra.  
52 Letícia demonstrou o potencial de captação de recursos pelo Estado do Amazonas,  
53 com base no REDD+ que seria de 144Mha de floresta protegida, 489MtCO<sub>2</sub>  
54 (estimativa de emissões evitada entre 2016-20130) e U\$2,4 bilhões a serem captados,  
55 cerca de U\$160 milhões ao ano, considerando o preço por tonelada do Fundo  
56 Amazônia e a estimativa de venda total. O Sr. Victor Salviadi lembrou que preço, no  
57 entanto, poderá cair para 1/3 do valor atual com o aumento da oferta, visto que outros  
58 estados oferecerão seus créditos no mercado, e este fato deve ser citado em Plenária  
59 durante a exposição da proposta ao CEMAAM. O financiamento é também uma  
60 possibilidade inserida no sistema REM, proposta alinhada com o banco KFW. A Sra.  
61 Letícia afirmou que o Secretário Executivo do CEMAAM, Luís Henrique Piva, está  
62 apresentando a proposta em Brasília, onde faz a análise dos mercados de carbono e



63 na próxima COP deverá levar à ONU, com intuito de reconhecimentos dos mercados  
64 privados, sem transação de crédito até o momento. A Sra. Letícia apresentou um  
65 potencial comprador destes créditos, a CORSA, empresa de aviação; explicou a  
66 planilha de valores de emissões enviada aos conselheiros e abriu as discussões para  
67 alterações no calendário de reuniões. Afirmou-se ser necessária a nomeação dos  
68 membros do Comitê Científico Metodológico do FANC, sugerindo cautela na  
69 aprovação destas propostas, para que todos os questionamentos e discordâncias  
70 sejam esgotados durante as reuniões da câmara. O Sr. Victor afirmou que nas  
71 reuniões será apresentado mais de um produto, as propostas devem ser analisadas  
72 pelos membros da câmara que precisam entender a temática para poder recomendar  
73 a aprovação da proposta ao CEMAAM. Como encaminhamentos da reunião, restou  
74 verificar a regulamentação da câmara, elaborar regimento interno e redefinir o  
75 calendário de reuniões. A Dra. Fabrícia aconselhou que a última reunião seja em  
76 conjunto à câmara jurídica para analisar a minuta do regimento antes de pô-la em  
77 votação na plenária. A Sra. Letícia afirmou que o REM deverá ser preparado  
78 futuramente, alinhando-o ao PPCDAM. O Sr. Francisco Melgueiro agradeceu a todos  
79 pela presença e deu por encerrada a reunião. Eu, Glauce Maria Tavares Monteiro,  
80 Assessora do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEMAAM, lavrei a presente  
81 ATA com as assinaturas de todos os presentes.

Fernanda A. Meirelles (IDESAM)	
Victor Salviadi (FAS)	
Letícia Oliveira Cobello (SEMA)	
Francisco Melgueiro (SEMA)	
Thiago Flores (SEMA)	
Alecsandra Tavares (SEMA)	
Dayse Campista (CRBio-06)	





Malvino Salvador (SEPROR)	
Fernanda Pereira (FIEAM)	
Fabrcia Arruda Moreira (SEMA)	
Fernanda Charbel (SEMA)	

82

83

Secretaria Executiva do CEMAAM.

